

Nota curricular

Pedro Manuel Ribeiro Coimbra, nasceu em Lisboa, em 22 de dezembro de 1970.

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1994.

Inspetor de finanças, de nomeação definitiva, do mapa de pessoal da Inspeção-Geral de Finanças, desde outubro de 1996, onde exerceu funções inspetivas até julho de 2005.

Entre julho de 2005 e fevereiro de 2007 exerceu funções como chefe da Divisão de Administração Geral do Departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Setúbal.

Desde fevereiro de 2007 e até à presente data exerce funções como diretor de departamento de Administração Geral e Finanças do Município de Setúbal, tendo a seu cargo a área da fiscalização municipal.

207055605

Despacho n.º 8455/2013

Por Despacho de 1 de março de 2013, autorizei a abertura do procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor da Direção de Qualificação e de Licenciamento (DQ) deste Instituto, previsto no artigo 1.º, n.º 1, alínea e) e no artigo 2.º ambos da Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro.

Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a oferta foi publicada através de Aviso de abertura publicitado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 50/2013, de 12 de março, e no Jornal “Público” e na Bolsa de Emprego Público — BEP, em 13 de março de 2013.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento e considerando ser uma candidata com uma vasta formação e experiência, forte motivação, sentido crítico e capacidade organizativa e de planeamento, bem como empenho e determinação para a assunção de responsabilidades diretivas, tal como se evidencia na nota curricular anexa ao presente despacho, dele ficando a constituir parte integrante, deliberou propor a nomeação da candidata Isabel Maria Mexia Esteves da Rosa para o cargo de Diretora da Direção de Qualificação e de Licenciamento, cargo de direção intermédia de 1.º grau.

Nestes termos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, nomeio para o cargo de Diretora da Direção de Qualificação e de Licenciamento (DQ) do InCI, I. P., em comissão de serviço por três anos, renováveis, com efeitos a contar de 1 de julho de 2013, a licenciada Isabel Maria Mexia Esteves da Rosa, especialista de informática do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

17 de junho de 2013. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo (em substituição legal do Presidente do Conselho Diretivo), *Fernando José de Oliveira da Silva*.

Nota curricular

Isabel Maria Mexia Esteves da Rosa nasceu em 31 de janeiro de 1966, em Lisboa. É Licenciada em Matemáticas Aplicadas, em 1988, pela Universidade Lusíada. Frequentou o Curso “Gestão e Administração Pública”, Serviços de Administração Pública de Macau, ano letivo 1996/1997. É Auditora do Curso de Defesa Nacional, Instituto de Defesa Nacional, no ano letivo de 2003/2004. Concluiu o Curso Avançado “Curso Avançado de Gestão Pública” (CAGEP), INA, edição de janeiro de 2007. É Membro da Rede Nacional de Contactos eBusiness de âmbito europeu e Representante no Grupo de Trabalho de eProcurement da Comissão Europeia. Exerce atualmente o cargo de Diretora da Direção de Qualificação e de Licenciamento do InCI, I. P., desde novembro de 2012, em regime de substituição. Foi Diretora do Gabinete de Sistemas de Informação do InCI, I. P., de julho de 2009 a novembro de 2012, e neste âmbito responsável pela Gestão do Portal BASE. Foi Secretária-Geral Adjunta do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de julho de 2006 a julho de 2009. Foi Presidente da Comissão TIC do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de março de 2008 a julho de 2009. Foi Membro da Comissão de “Gestão de Competências para o sector dos Transportes Ferroviários”, de novembro de 2007 a julho de 2009. Foi Diretora de Serviços de Organização e Informática da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de fevereiro de 2004 a julho de 2006. Nessa qualidade foi coordenadora da ECS (Entidade de Coordenação Sectorial) para o MOPTC e membro do CITIAP (Comissão Intersectorial das Tecnologias de Informação para a Administração Pública). Foi Chefe de Divisão de Sistemas de Informação da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, de novembro 2000 a fevereiro de 2004. Ingressou no quadro do Ministério da Defesa Nacional, como técnica

superior de Informática de 2.ª classe em janeiro de 1999. Ingressou na Administração Pública em Portugal, em setembro de 1998. Foi Chefe do Departamento de Estudos e Planeamento e Membro do Conselho Administrativo do Instituto de Habitação de Macau, de janeiro de 1997 a junho de 1997. Foi Chefe de Divisão de Informática do Instituto de Habitação de Macau, de janeiro de 1991 a janeiro de 1997. Foi técnica superior Principal, 3.º escalão, Analista/Programadora, do Instituto de Habitação de Macau, outubro de 1990. Foi técnica superior de Informática de 1.ª classe, 1.º escalão — Analista/Programadora do Leal Senado de Macau — Centro de Informática, março de 1990. Foi Especialista de Informática — Analista/Programadora dos quadros CTT, novembro de 1989. Foi Analista/Programadora de Informática na Direção Geral de Contribuições e Impostos — IRS, janeiro de 1989. Fez Estágio na TAP — Air Portugal, com funções de programadora de informática em colaboração com a Universidade Lusíada, abril de 1988.

207055768

Despacho n.º 8456/2013

Por Despacho de 1 de março de 2013, autorizei a abertura do procedimento concursal para provimento do cargo de Diretor da Direção Jurídica e da Contratação Pública (DJ) deste Instituto, previsto no artigo 1.º, n.º 1, alínea d) e no artigo 2.º ambos da Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro.

Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a oferta foi publicada através de Aviso de abertura publicitado no D.R. — 2.ª série, n.º 50/2013, de 12 de março, e no Jornal “Público” e na Bolsa de Emprego Público — BEP, em 13 de março de 2013.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento e considerando ser uma candidata com uma vasta formação e experiência, forte motivação, sentido crítico e capacidade organizativa e de planeamento, bem como empenho e determinação para a assunção de responsabilidades diretivas, tal como se evidencia na nota curricular anexa ao presente despacho, dele ficando a constituir parte integrante, deliberou propor a nomeação da candidata Maria Helena Ferreira de Abranches Martins Vilhena Fragoso para o cargo de Diretora da Direção Jurídica e da Contratação Pública, cargo de direção intermédia de 1.º grau.

Nestes termos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, nomeio para o cargo de Diretora da Direção Jurídica e da Contratação Pública (DJ) do InNCI, I. P., em comissão de serviço por três anos, renováveis, com efeitos a contar de 1 de julho de 2013, a Licenciada Maria Helena Ferreira de Abranches Martins Vilhena Fragoso, inspetora do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Economia e do Emprego.

17 de junho de 2013. — O Vice-Presidente do Conselho Diretivo (em substituição legal do Presidente do Conselho Diretivo), *Fernando José de Oliveira da Silva*.

Nota curricular

Maria Helena Ferreira de Abranches Martins Vilhena Fragoso é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1987), detentora de pós-graduação em Administração e Políticas Públicas pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2001) e de pós-graduação em Direito Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2012), do Curso de Introdução ao Controlo Financeiro do Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (2004), e do FORGEP pelo INA (2009).

De setembro de 1990 a fevereiro de 2011 exerceu funções de auditoria e de inspeção inerentes à carreira especial de inspeção, de acordo com o conteúdo funcional definido pelos Decretos-Leis n.ºs 276/2007, de 31 de julho e 170/2009, de 3 de agosto, tendo, no âmbito das mesmas, integrado diversas Comissões de Inquérito determinadas por despacho do membro do governo competente. Durante esse período participou em vários Grupos de Trabalho em representação da Inspeção-Geral das Obras Públicas e no júri de estágio para admissão de nove inspetores. De maio de 2004 a dezembro de 2007 foi coordenadora do Setor de Apoio Jurídico da Inspeção-Geral das Obras Públicas Transportes e Comunicações. De janeiro de 2008 a fevereiro de 2010 foi chefe da Equipa Multidisciplinar de Apoio e Coordenação Inspetiva da Inspeção-Geral das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, equiparada a Diretora de Serviços.

De março de 2011 até novembro de 2012 exerceu funções de coordenação do Núcleo de Apoio Jurídico do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Desde novembro de 2012 exerce o cargo de Diretora da Direção Jurídica e da Contratação Pública do InCI, I. P., em regime de substituição.

207055646